

■ Programa Ensino Médio Inovador no DF: História e perspectivas

 *Kelly Cristina de Almeida Moreira* *
Andyára da Gama Wolney **
Renato Domingos Bertolino ***
Lígia Carolina Santana Catunda Sardinha ****
Raíssa Bisinoto Matias *****

Resumo: Este artigo apresenta um panorama do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) no Distrito Federal. Para tanto, foi feita uma retrospectiva sobre o Programa desde a sua criação até o ano de 2017. Buscou-se, por meio de uma pesquisa documental, tecer um paralelo entre as linhas de ação, os macrocampos e os Campos de Integração Curricular como Propostas de Redesenho Curricular no Ensino Médio, uma vez que, em seus Documentos Orientadores publicados respectivamente em 2009, 2011, 2013, 2014 e 2016, o ProEMI apresenta propostas de mudanças curriculares, ampliação de carga horária, estratégias para o combate à reprovação e à evasão, bem como incentivo a práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos anseios dos jovens. Com os dados coletados em relação à adesão ao Programa e aos projetos/propostas de redesenho curricular das unidades escolares de Ensino Médio da Rede Pública do DF que aderiram ao Programa no período de 2012 a 2016, espera-se oferecer subsídios que demonstrem a atual situação do ProEMI no DF e promovam o desenvolvimento de estratégias de orientação e acompanhamento dos projetos desenvolvidos nas unidades escolares de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do DF.

Palavras-chave: Programa Ensino Médio Inovador. Macrocampos. Campos de Integração Curricular. Proposta de Redesenho Curricular. Rede Pública de Ensino do DF.

* *Kelly Cristina de Almeida Moreira* é doutora e mestre em Linguística pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa "A Linguística Sistêmico-Funcional como instrumental teórico-metodológico para análise do discurso" (CNPq) e membro do Grupo Brasileiro de Estudos de Discurso, Pobreza e Identidades (CNPq), da Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso (ALED), da Rede Latinoamericana de Análise de Discurso da Pobreza Extrema (REDLAD), da Associação Latinoamericana de Linguística Sistêmico-Funcional (ALSFAL) e do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (GELCO). Professora da Secretaria de Estado de Educação do DF. Contato: kelly.kcam@gmail.com.

** *Andyára da Gama Wolney* é graduada em Estudos Sociais pelo União Pioneira de Integração Social (1995). É professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Contato: andyarawolney@hotmail.com.

*** *Renato Domingos Bertolino* é professor de Química da Secretaria de Estado de Educação do DF, graduado pela Universidade Católica de Brasília e tecnólogo em Gestão Ambiental pela Universidade Cruzeiro do Sul. Contato: rdomingosb@gmail.com.

**** *Lígia Carolina Santana Catunda* é licenciada em Letras Português do Brasil como Segunda Língua e bacharela em Letras Português e suas respectivas Literaturas, ambos pela Universidade de Brasília. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Faíra. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, atua na equipe técnica da Gerência de Programas e Projetos Especiais do Ensino Médio (GPEM/DIEM). Contato: ligiascatunda@gmail.com.

***** *Raíssa Bisinoto Matias* é graduada em Educação Artística com Habilitação em Música (2007), bacharela em Flauta Transversal pela UnB (2007), especialização em Arte Educação pela UnB (2012), e mestre em Educação Musical pela UnB (2016). Atua na Diretoria de Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: raissabm@gmail.com.

Colaboradores: *Leonardo Barbosa Cavalli* (Contato: leobc.unesp@gmail.com) e *Patrícia de Carvalho Galieta* (Contato: patriciagalieta@hotmail.com).

Introdução

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2009, por meio da Portaria nº 971, de 9/10/2009, com o objetivo de conter os altos índices de abandono e reprovação escolar e contribuir para que mais estudantes cursassem e concluíssem o Ensino Médio (EM).

O ProEMI está em consonância com o Plano Nacional da Educação (PNE), o qual propõe o aumento do atendimento de estudantes de 15 a 17 anos para 85% até 2020, de acordo com a meta 3 (universalização do ensino médio), prevista na CF/88, art. 208 (BRASIL, MEC/SEB, 2016).

No Distrito Federal, a rede pública aderiu ao programa em todas as suas edições, de 2009 a 2016, este último ano com a implementação em 2017. Nesse sentido, busca-se, com este artigo, apresentar um panorama do ProEMI no DF. A seção 1 é dedicada à apresentação da proposta do ProEMI. Na seção 2, são apresentadas as versões dos documentos orientadores do programa em relação ao redesenho curricular. A seção 3 apresenta o panorama do ProEMI no DF por meio do levantamento de dados das adesões e da apresentação de projetos pelas unidades escolares. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre os dados aqui analisados.

1. A proposta do Programa Ensino Médio Inovador

As versões já publicadas do documento orientador do ProEMI (2009, 2011, 2013, 2014 e 2016) propõem mudanças curriculares, ampliação de carga horária, estratégias para o combate à reprovação e ao abandono, bem como incentivam práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos anseios dos jovens.

Dessa maneira, o ProEMI oferece às Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal subsídios visando à melhoria da qualidade do ensino médio, por meio da criação de projetos pedagógicos que estimulem a educação científica e humanística, a valorização da leitura e da cultura, o aprimoramento da teoria e da prática, a utilização das novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras (BRASIL, MEC/SEB, 2009).

Entretanto, cabe à unidade escolar que aderir ao programa reestruturar o currículo por meio da Proposta de Redesenho Curricular (PRC), obedecendo ao disposto nas diretrizes gerais para a educação básica, nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), nas matrizes de referência do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no próprio documento orientador do ProEMI, além de considerar as normas já constituídas e vigentes pelos sistemas estaduais e distritais de ensino.

A PRC, a fim de garantir a aprendizagem significativa e o desenvolvimento de seus estudantes, deverá atender à unidade escolar levando-se em conta a realidade na qual a escola está inserida e, principalmente, o fato de o ensino médio ser etapa intermediária entre o ensino fundamental e a educação superior.

Quanto à carga horária, para que as escolas consigam efetivar as mudanças voltadas à organização curricular, referentes ao tempo e espaço, é destinado o repasse financeiro de acordo com o número de alunos atendidos e a carga horária escolhida pela escola (5 ou 7 horas/dia).

Por sua vez, os recursos financeiros disponibilizados às unidades escolares podem ser investidos em despesas de custeio (aquisição de material, serviços e locações) e de capital (equipamentos e mobiliários), com o objetivo de oferecer melhores condições estruturais e pedagógicas para que a escola execute as ações propostas. Além disso, a escola pode incluir formação específica para os profissionais da educação envolvidos na execução das atividades (BRASIL, MEC/SEB, 2009; 2011; 2013).

Nesse sentido, o ProEMI almeja superar as problemáticas presentes no EM, sejam elas curriculares, sejam em razão das várias realidades de seu público — reprovação, abandono e emprego. Ademais, a proposta de universalizar a educação básica compreende também trabalhar para que os estudantes se preparem tanto para o mundo do trabalho quanto para a possibilidade de continuar os estudos no nível superior, promovendo, assim, sua autonomia.

Diante disso, redesenhar o currículo significa repensar os espaços/tempos da escola, conhecer seus sujeitos e suas vivências, superar o dualismo entre propedêutico e profissionalizante e entender que a base unitária implica articular as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a fim de que nossos jovens do EM tenham uma formação integral e emancipadora.

O ProEMI, por fim, visa ampliar e fortalecer as políticas que garantam aos estudantes direito e acesso ao EM de qualidade, fomentando ações para que as escolas se recriem cada vez mais interessantes, atuais e significativas para seus jovens.

2. Macrocampos e Campos de Integração Curricular

O ProEMI, desde sua primeira edição, em 2009, propõe a realização de mudanças na organização curricular das escolas de ensino médio. Com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência do estudante, propõe romper com a fragmentação das disciplinas e do tempo escolar, buscando assim, repensar, dialogar e propor ações pedagógicas diversificadas e significativas que estimulem os jovens, considerando seus anseios e interesses. Além

disso, destaca a importância de a comunidade escolar, conhecedora de sua realidade, tomar decisões acerca de seu currículo. Dessa forma, aponta, entre as condições básicas para a sua implementação, que os projetos escolares devem estar em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), elaborado com a participação efetiva da comunidade escolar e materializado no entrelaçamento entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. O documento orientador do ProEMI vem apresentando reformulações ao longo dos anos. No início, em 2009, foram propostas *linhas de ação* com ênfase nos eixos Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia, para subsidiar a implementação do ProEMI, são elas: a) Fortalecimento da Gestão Estadual de Ensino Médio; b) Fortalecimento da Gestão das Unidades Escolares; c) Melhoria das Condições de Trabalho Docente e Formação Continuada; d) Apoio às Práticas Docentes; e) Desenvolvimento do Protagonismo Juvenil e Apoio ao Aluno Jovem e Adulto Trabalhador; f) Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos; e g) Pesquisas e Estudos do Ensino Médio e Juventude. (BRASIL, MEC/SEB, 2009).

Seguindo essas *linhas de ação*, as unidades escolares deveriam elaborar, coletivamente, no contexto escolar, propostas de experiências de inovação curricular e registrá-las no Plano de Ação Pedagógica (PAP), que seria analisado pelas Secretarias de Educação e encaminhado à Secretaria de Educação Básica (MEC) para validação.

No ano de 2011, o MEC divulgou nova versão do documento orientador, a qual apresentou algumas mudanças em relação à de 2009. Entre elas, o Plano de Ação Pedagógica (PAP), em que são registradas pelas unidades escolares as propostas inovadoras para o ensino médio, passou a ser chamado de Projeto de Reestruturação Curricular (PRC), em que deveriam estar incluídas também as ações voltadas à aquisição de materiais pedagógicos, tecnologias educativas, bem como à realização de formação de professores.

Além disso, a forma de sistematizar o projeto de organização curricular, anteriormente chamada de *linhas de ação*, foi substituída pelo conceito de *macrocampo*, definido como o "(...) conjunto de atividades didático-pedagógicas que estão dentro de uma área de conhecimento percebida como um grande campo de ação educacional e interativa, podendo contemplar uma diversidade de ações que qualificam o currículo escolar." (BRASIL, SEB/MEC, 2011).

Nesse sentido, segundo o documento, o planejamento e a execução de um currículo inovador deveriam considerar oito macrocampos, sendo dois obrigatórios: Acompanhamento Pedagógico e Iniciação Científica e Pesquisa; além de seis eletivos: Cultura Corporal, Cultura e Arte, Comunicação e Uso

de Mídias, Cultura Digital, Participação Estudantil e Leitura, e Letramento. Salienta-se que macrocampo não se refere a disciplinas e conteúdos, mas a componentes da organização das ações, que deveriam estar voltados diretamente à interação com o estudante, articulados com as disciplinas do currículo. Tais ações poderiam apresentar diferentes configurações, como disciplinas, oficinas, projetos interdisciplinares, entre outras.

Em 2013, o MEC divulgou uma nova versão do documento orientador, em que são apresentadas algumas mudanças em relação aos documentos de 2009 e 2011. Dentre elas, destaca-se a substituição do termo "Projeto de Reestruturação Curricular" para "Projeto de Redesenho Curricular". Segundo Jackimiu (2014), a palavra "redesenho" seria mais adequada às perspectivas do ProEMI, uma vez que está mais próxima da ideia de inovação, envolvendo uma concepção mais ampla de currículo, tendo em vista a ressignificação das práticas curriculares do EM.

Outra mudança importante na versão de 2013 é que o conceito de macrocampo é ampliado, sendo definido como um eixo em torno do qual devem se desenvolver atividades interativas, integradas e integradoras, de modo a propiciar a diversificação de arranjos curriculares para a superação da fragmentação e da hierarquização dos conhecimentos e saberes. (BRASIL, SEB/MEC, 2013).

Além disso, houve mais duas novidades: a inserção do macrocampo "Línguas Estrangeiras", que possibilita a inclusão de uma língua adicional, com vistas ao desenvolvimento "linguístico-comunicativo-discursivo" dos estudantes, e a junção dos dois macrocampos voltados a tecnologias e mídias (Cultura Digital e Comunicação, e Uso de Mídias), passando a ser chamado "Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias". Assim sendo, a escola deveria elaborar seu PRC contemplando os três macrocampos obrigatórios: Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa, e Leitura e Letramento, e escolher mais dois entre os cinco macrocampos eletivos (Línguas Estrangeiras, Cultura Corporal, Produção e Fruição das Artes, Comunicação, Cultura Digital e uso de Mídias, e Participação Estudantil), realizando ações em, no mínimo, cinco macrocampos.

O cadastramento do PRC passou a ser realizado na Plataforma PDDE Interativo, criada pelo MEC para unificar o registro de todas as ações relativas ao Programa Dinheiro Direto na Escola (Atleta na Escola, Ensino Médio Inovador, Mais Educação, Escolas do Campo, Escolas Sustentáveis e Água na Escola). Como condição para acessar a aba do ProEMI e efetivar o cadastro, deveria ser preenchido, primeiramente, o diagnóstico da escola, com informações sobre

indicadores e taxas de aprovação, reprovação e abandono, e em seguida, descrever as ações propostas em cada macrocampo, indicar as áreas do conhecimento, os componentes envolvidos em cada ação, bem como a aplicação de recursos.

Na edição de 2016, o MEC traz novas orientações para a continuidade e a implementação do ProEMI, dentre elas a prioridade de atendimento para as escolas com nível socioeconômico baixo e o aumento do valor dos recursos para essas escolas e para as escolas rurais.

O instrumento para o registro das ações passa a ser denominado “Proposta de Redesenho Curricular” e apenas o termo “macrocampo” é substituído por “Campo de Integração Curricular” (CIC), considerado mais apropriado para designar o caráter interdisciplinar da proposta. Assim, CIC apresenta-se, em 2016, com a mesma definição apresentada para macrocampo no documento orientador de 2013.

Nessa versão do documento, o eixo “Leitura e Letramento” é suprimido, uma vez que se considerou que as ações anteriormente propostas neste CIC podem ser contempladas no CIC “Acompanhamento Pedagógico”. Por sua vez, “Participação Estudantil” passa a ser denominado “Protagonismo Juvenil”, sem que se apresente nenhuma alteração nas orientações para o planejamento das ações deste CIC.

Ainda para os CICs, uma novidade é a criação do campo “Mundo do Trabalho”, o qual prevê o desenvolvimento de ações que motivem o estudante a refletir sobre escolhas para formação e atuação profissional, partindo de temas relacionados às possibilidades de inserção social.

Outra nova demanda, de responsabilidade do articulador do programa da unidade escolar é a elaboração de um relatório de atividades a ser registrado no sistema PDDE Interativo.

É importante destacar que a exigência da preparação do Plano de Atendimento Global (PAG) é mantida, visto que as referências nele contidas, elaboradas pelas Secretarias de Educação, são de primordial importância porque possibilitam que as práticas pedagógicas das unidades escolares participantes do programa, sejam organizadas segundo as diretrizes que estas já seguem, de modo que as inovações curriculares propostas pelo MEC sejam somadas ao trabalho já realizado pelas redes de ensino.

Dessa forma, no documento orientador de 2016, são propostos oito CICs para estruturar a PRC: Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática), Iniciação Científica e Pesquisa, Mundo do Trabalho, Línguas Adicionais/Estrangeiras, Cultura Corporal, Produção e Fruição das

Artes, Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital, e Protagonismo Juvenil. Dentre eles, para se cumprir a exigência de se realizar ações em, no mínimo, cinco Campos de Integração, quatro são apresentados como obrigatórios: Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática), Iniciação Científica e Pesquisa, Mundo do Trabalho e Protagonismo Juvenil, sendo facultado à unidade escolar a escolha de, pelo menos, mais um CIC.

Partindo da organização proporcionada pelos CICs, a PRC deve apresentar atividades estruturadas em diferentes formatos, como disciplinas optativas, oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisa, trabalhos de campo, dentre outros. Tais procedimentos possibilitam a valorização dos conteúdos específicos de cada componente curricular, sem, entretanto, permitir a hierarquização e a fragmentação dos saberes com o padrão composto por disciplinas e tempo de 50 minutos.

A partir de 2016, o documento orientador feito pelo MEC, apresentou o seguinte formato:

Acompanhamento Pedagógico: trata-se de ações voltadas ao fortalecimento de conhecimentos específicos de língua portuguesa e matemática, por meio de atividades que envolvam o domínio da leitura, da interpretação, da escrita, e do raciocínio lógico. Partindo de um planejamento flexível, metodologias diferenciadas e maior tempo para a realização das práticas pedagógicas, essas atividades podem se articular com os demais CICs e, nesse sentido, sugerem-se diversas ações, como espaços/clubes de escritores e leitores, atividades com foco nas Olimpíadas de Língua Portuguesa e Matemática, entre outras.

Iniciação Científica e Pesquisa: as ações propostas devem oportunizar o acesso à produção e à socialização da ciência, facilitando a integração entre teoria e prática, articuladas com a dimensão da cultura, do trabalho, da ciência e da tecnologia, por meio de projetos de estudo e pesquisas de campo que contemplem a experimentação, a vivência, a observação, a coleta de dados e a organização das informações a partir da reflexão sobre os resultados alcançados.

Mundo do Trabalho: com o objetivo de estimular a reflexão e o debate a respeito do mundo do trabalho, considerando os interesses e as expectativas do estudante, são propostas de atividades voltadas à educação econômica, aos princípios da economia solidária, às tecnologias sociais, ao microcrédito, às possibilidades de inserção na diversidade de processos produtivos, entre outros. Para aproximar o estudante do universo profissional, podem ser realizadas palestras e oficinas com profissionais de diferentes áreas de atuação e

trabalhadores da comunidade (professor, biólogo, músico, arquiteto, desenhista técnico, médico, engenheiro, costureira, pedreiro, cozinheiro etc.), visitas direcionadas ao conhecimento sobre as diversas formas de trabalho nas indústrias, associações, comércio, serviços diversos, entre outros, e trazer informações sobre as possibilidades e ofertas de formação profissional em nível médio e superior.

Línguas Estrangeiras: o trabalho voltado ao estudo da língua estrangeira, preferencialmente o inglês, concentra-se nos usos da língua, haja vista o desenvolvimento linguístico-comunicativo-discursivo. As atividades desenvolvidas devem extrapolar o conhecimento linguístico, oportunizando ao estudante o contato com outra cultura, de modo que ele possa construir significados em relação ao mundo em que se vive.

Cultura Corporal: pretende-se favorecer o desenvolvimento da consciência corporal, do movimento, e a compreensão da relação entre o corpo e as emoções, ressaltando a importância de práticas saudáveis e sustentáveis, de forma que o sujeito amplie a percepção sobre si mesmo, bem como seu papel no planeta. Para isso, as atividades devem contemplar esportes de campo e mesa, artes marciais ou outras atividades corporais (permacultura, atividades circenses, malabarismo, ioga, *tai chi chuam*, maculelê, caratê, judô, capoeira, entre outras).

Produção e Fruição das Artes: as ações devem voltar-se ao desenvolvimento de conhecimentos que incorporem práticas de elaboração nas diversas formas de expressão artística, apreciação, análise, fruição, crítica e produção artística nas diversas linguagens (pintura, dança, música, escultura, cinema, teatro, ecotécnicas, contação de história, literatura e outras). As atividades propostas devem compreender aspectos associados ao senso estético, à relação entre cultura, arte, trabalho, ciências, relações sociais, articulados com os novos campos do conhecimento e das relações do homem com o ambiente.

Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias: o objetivo é o desenvolvimento de ações voltadas à criação de sistemas comunicativos abertos, dialógicos e criativos nos espaços educativos, possibilitando ao estudante o acesso às diferentes mídias e tecnologias, ferramentas, instrumentos e informações, tendo em vista a ampliação da cultura digital e das suas múltiplas

modalidades de comunicação. As atividades podem ser: *fanzines*, cordéis, informática e tecnologia da informação, rádio escolar, jornal escolar, histórias em quadrinhos, fotografia, vídeos, atividades de pesquisa, dentre outros.

Protagonismo Juvenil: as ações devem incentivar os projetos de vida dos estudantes, bem como a atuação e a organização juvenil nos seus processos de desenvolvimento pessoal, social e de vivência política. As atividades devem fortalecer a autonomia, promovendo a participação em Grêmios Estudantis, comissões de meio ambiente e qualidade de vida, Agenda 21, entre outros.

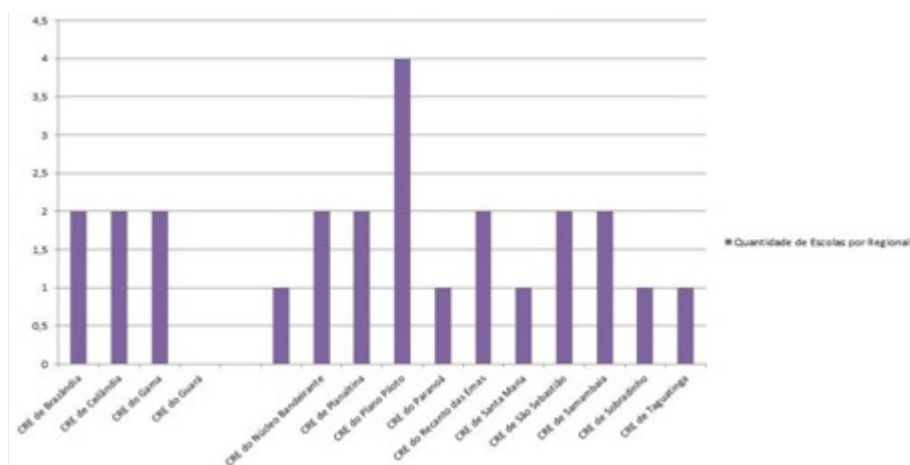
3. O ProEMI no DF

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) em 2009, quando ainda era preciso acessar a aba do programa no Simec. Algumas unidades escolares de ensino médio participaram do programa em 2009, 2010 e 2011. Contudo, em 2012, com a consolidação do programa no DF, pode-se observar que, em todas as Coordenações Regionais de Ensino (CRE), houve adesão¹.

O gráfico 1 apresenta a quantidade de unidades escolares por CRE que aderiram ao Programa em 2012. No total, tivemos 25 adesões nesse ano. Como a CRE do Plano Piloto e Cruzeiro tem um maior número de escolas de ensino médio, houve também uma maior quantidade de adesões nessa CRE.

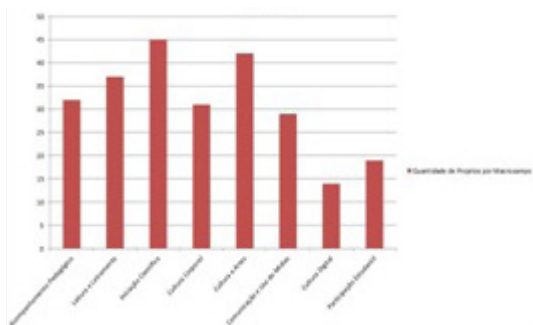
Nos gráficos 2 e 3, apresentamos o panorama dos PRCs em 2012. Foram apresentados 217 projetos de redesenho curricular pelas unidades escolares de ensino médio do DF. Desse total, 45 projetos pertenciam ao macrocampo Iniciação Científica e 42 projetos ao macrocampo Cultura e Artes. Interessante notar que os

Gráfico 1. Adesão ao ProEMI em 2012.



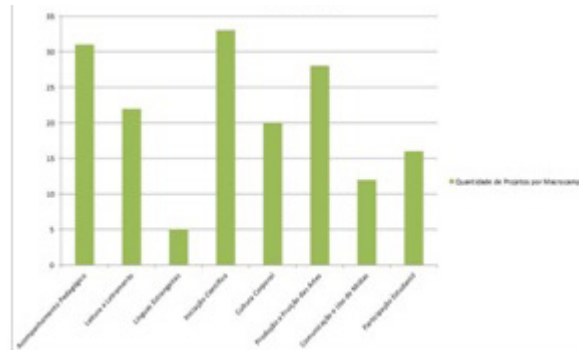
Fonte: ProEMI 2012.

Gráfico 2. Projetos por Macrocampo 2012



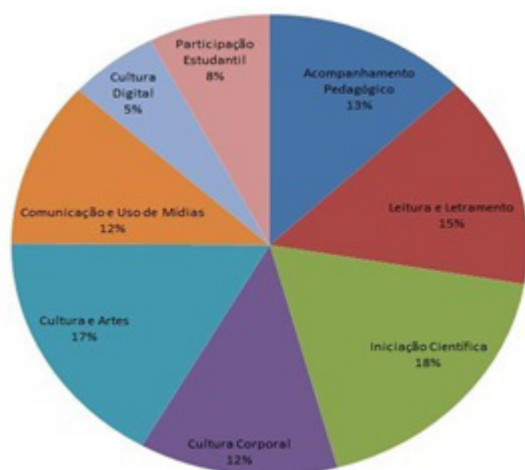
Fonte: ProEMI 2012.

Gráfico 5. Projetos por Macrocampo 2013



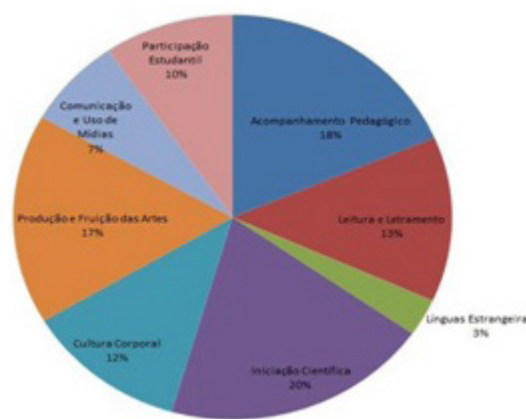
Fonte: ProEMI 2013.

Gráfico 3. Porcentagem de Projetos por Macrocampo – 2012



Fonte: ProEMI 2012.

Gráfico 6. Porcentagem de Projetos por Macrocampo 2013.



Fonte: ProEMI 2013.

macrocampos obrigatórios nesse ano foram Acompanhamento Pedagógico, Leitura e Letramento, e Iniciação Científica, entretanto os projetos relacionados ao macrocampo Cultura e Artes se destacam.

A partir de 2013, o ProEMI passou a ser bienal,

portanto as escolas que aderiram ao programa nesse ano o fizeram para o biênio 2013-2014. A quantidade de unidades escolares que fizeram a adesão ao programa em 2013 está apresentada no gráfico 4.

Observa-se, no gráfico 4, que algumas CREs não tiveram adesão ao ProEMI em 2013.

Gráfico 4. Adesão ao ProEMI em 2013



Fonte: ProEMI 2013.

Isso se deve às dificuldades encontradas em relação ao uso dos recursos, bem como em relação às dificuldades encontradas nas prestações de contas dos anos anteriores. É importante observar que essa situação começa a ocorrer em 2013 e vai até 2017.

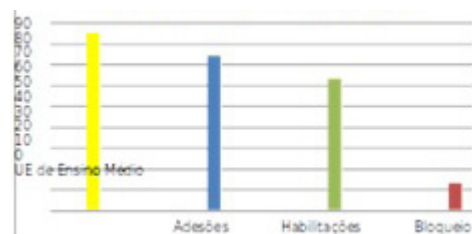
Em 2014, as unidades escolares, que não haviam feito a adesão em 2013, puderam fazer para o biênio 2014-2015. Os gestores fizeram o preenchimento de 100% do diagnóstico disponível no próprio sistema

para só depois cadastrar o PRC, desenvolvido com a participação ativa da comunidade escolar e coadunado com o PPP das respectivas unidades escolares.

O gráfico 7 representa as adesões, as habilitações e os bloqueios de 2013 e 2014. Do total de 85 unidades escolares de ensino médio do Distrito Federal cadastradas na plataforma do PDDE Interativo, consoante aos dados do Censo Escolar de 2013, 74 aderiram ao ProEMI, 63 estavam habilitadas a receber os recursos e 11 ainda não tiveram condições de receber por estarem com pendência em relação à prestação de contas.

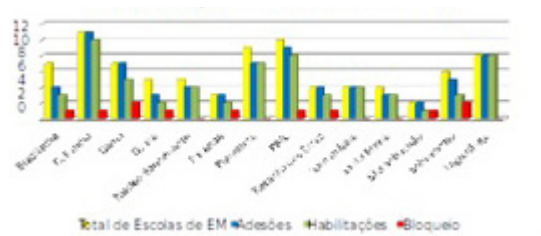
No gráfico 8, é possível observar que algumas CREs obtiveram 100% de adesão e de habilitação, pois não houve bloqueio por prestação de contas das unidades escolares ligadas a essas CREs.

Gráfico 7. Panorama Geral do ProEMI SEEDF – 2013-2014



Fonte: ProEMI 2014.

Gráfico 8. Panorama por CRE - ProEMI SEEDF – 2013-2014.



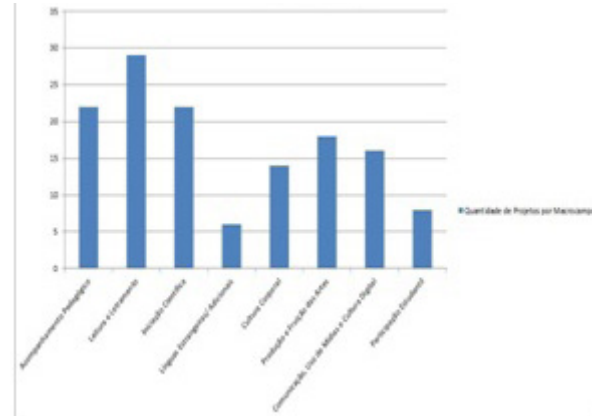
Fonte: ProEMI 2014.

Em 2014, houve adesão ao ProEMI, contudo não houve o repasse da verba federal às unidades escolares, tendo em vista que o FNDE sentiu a necessidade de realização de estudos sobre a utilização e a gestão dos recursos pelas unidades executoras. De qualquer forma, podemos observar que houve uma boa adesão ao programa no DF e as unidades escolares apresentaram seus PRCs, conforme apresentado nos gráficos 10 e 11.

A maior quantidade de projetos apresentados pelas unidades escolares em 2014/2015 está nos macrocampos obrigatórios: Acompanhamento Pedagógico, Leitura e Letramento e Iniciação Científica, seguido pelo Produção e Fruição das Artes.

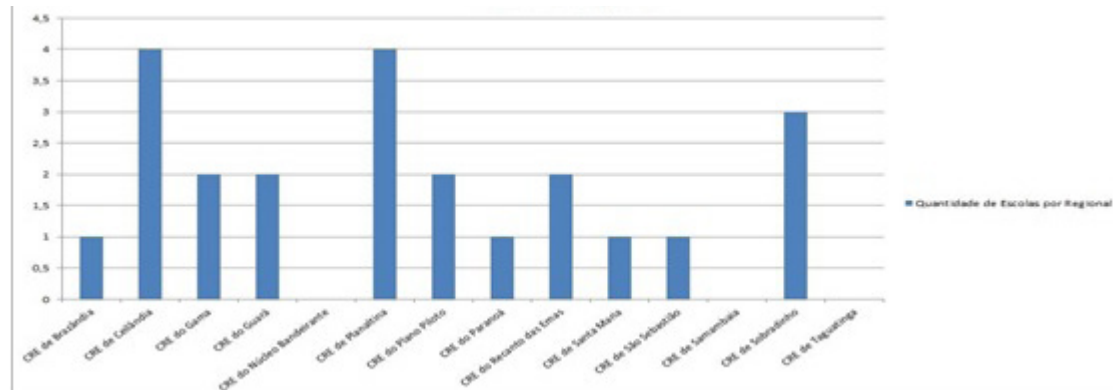
Em novembro de 2016, o MEC retomou as ações do ProEMI e solicitou a adesão às Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal. Após o processo de adesão da SEEDF, foi iniciado o processo de adesão das unidades escolares. De acordo com o Censo Escolar de 2015, o DF tinha 88 unidades escolares aptas a fazerem a adesão, pois haviam ofertado o ensino médio naquele ano. De 87 unidades escolares selecionadas para adesão, tivemos 77 no DF.

Gráfico 10. Projetos por Macrocampo 2014/2015



Fonte: ProEMI 2015.

Gráfico 9. Adesão ao ProEMI em 2014/2015

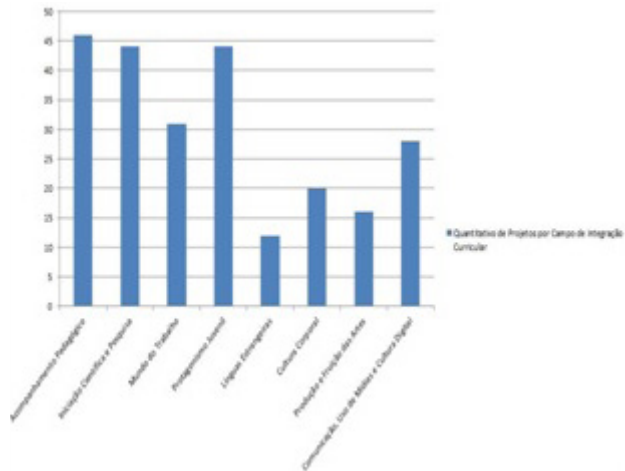


Fonte: ProEMI 2015.

Após o processo de adesão, o MEC enviou à SEEDF a lista das unidades escolares que estavam aptas a receber o recurso. Das 77 unidades escolares, 24 receberam o recurso no mês de fevereiro/2017. As demais não foram contempladas devido aos seguintes fatores: 1) Adesão ao ensino médio integral (13 unidades escolares fizeram adesão e isso impediria o recebimento da verba do ProEMI); 2) Bloqueio por pendências relativas à prestação de contas de verbas federais recebidas em anos anteriores.

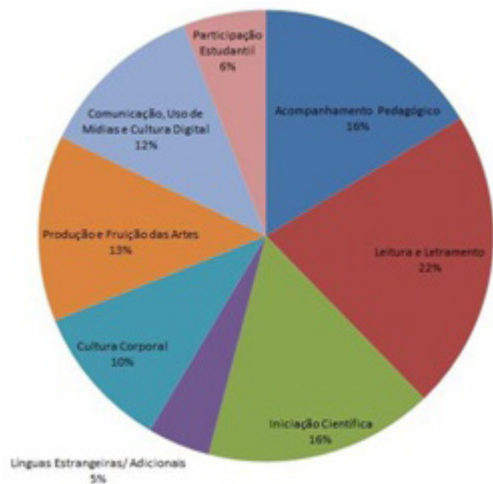
Ainda no mês de fevereiro, a Gerência de Programas e Projetos do Ensino Médio da SEEDF realizou atendimento aos gestores das unidades escolares aptas a receber os recursos para orientação quanto à elaboração das PRCs e à inserção na plataforma. Assim, nos gráficos 13 e 14 encontra-se a quantidade/porcentagem dos projetos apresentados por CIC.

Gráfico 13. Quantidade de Projetos por Campo de Integração Curricular ProEMI 2017



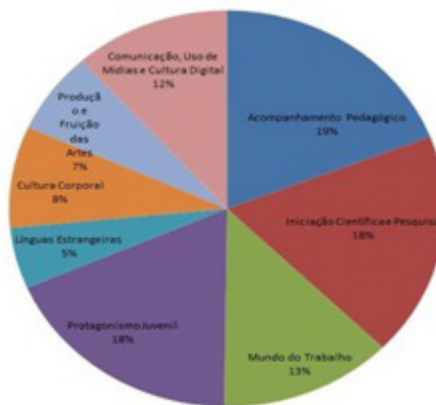
Fonte: ProEMI 2017.

Gráfico 11. Porcentagem de Projetos por Macrocampo - 2014/2015.



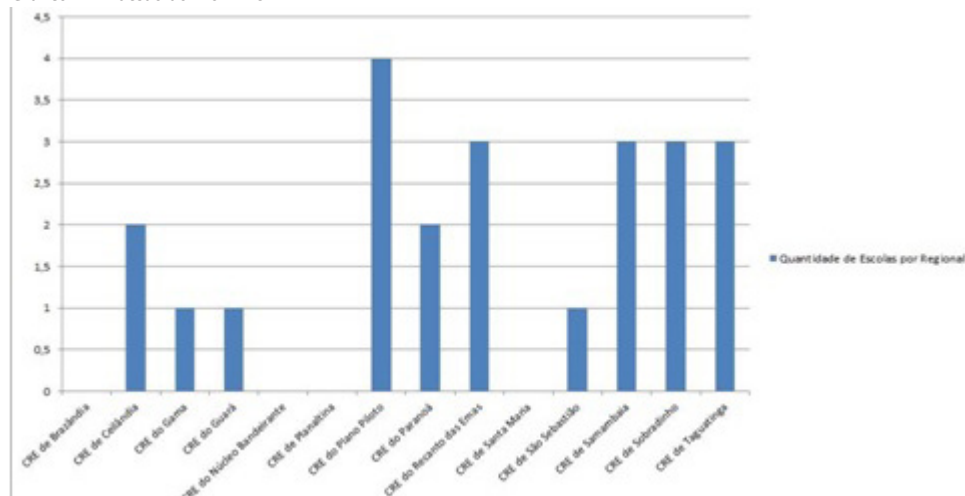
Fonte: ProEMI 2015.

Gráfico 14. Porcentagem de Projetos por Campo de Integração Curricular ProEMI 2017.



Fonte: ProEMI 2017.

Gráfico 12. Adesão ao ProEMI em 2017



Fonte: ProEMI 2017.

De acordo com os gráficos 13 e 14, em 2017, as unidades escolares que aderiram ao ProEMI apresentaram maior quantidade de projetos voltados aos CIs obrigatórios: Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa, Mundo do Trabalho e Protagonismo juvenil. É interessante observar que, diferentemente dos anos anteriores, o CI Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital foi o que mais teve projetos apresentados após os obrigatórios. Isso pode ser em virtude das unidades escolares observarem a necessidade de trabalhar com os estudantes projetos voltados para a área da tecnologia, já que é uma das demandas da sociedade contemporânea.

Considerações Finais

Neste artigo, apresentamos um panorama do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) no Distrito Federal. Para tanto, foi feita uma retrospectiva sobre a adesão ao programa no DF, desde a sua criação até o ano de 2017.

Considerando a relevância do ProEMI para o fortalecimento do ensino médio e a necessidade de ampliação do número de adesões, é importante que a SEEDF promova ações para orientação às escolas, especialmente no trabalho de produção dos projetos. A realização de reuniões de orientação pedagógica e financeira com gestores escolares, coordenadores intermediários e representantes da área financeira é uma das ações que deve ser colocada em prática. Além dessa ação, sugerimos a realização de oficinas de elaboração de projetos para os gestores e coordenadores intermediários,

contando também com a colaboração dos gestores com experiência na implementação do ProEMI.

Uma ação importante que vem sendo desenvolvida pela Diretoria de Ensino Médio da SEEDF, responsável pelo acompanhamento pedagógico do programa, é o acompanhamento e a orientação aos gestores quanto à elaboração das Propostas de Redesenho Curricular (PRC) e ao preenchimento da plataforma.

Contudo, é importante destacar que há necessidade de articulação entre os setores de prestação de contas e acompanhamento pedagógico dos projetos das CREs para acompanhamento mais específico e orientação às escolas de ensino médio.

Buscou-se, portanto, por meio de uma pesquisa documental, tecer um paralelo entre as linhas de ação, os macrocampos e os Campos de Integração Curricular (CIC) como Propostas de Redesenho Curricular (PRC) no ensino médio, uma vez que, em seus documentos orientadores publicados respectivamente em 2009, 2011, 2013, 2014 e 2016, o ProEMI apresenta propostas de mudanças curriculares, ampliação de carga horária, estratégias para o combate à reprovação e ao abandono, bem como incentivo a práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos anseios dos jovens.

Com os dados coletados em relação à adesão ao programa e aos projetos/propostas de redesenho curricular das unidades escolares de ensino médio da rede pública do DF que aderiram ao programa no período de 2012 a 2016, espera-se oferecer subsídios que demonstrem a atual situação do ProEMI no DF e promovam o desenvolvimento de estratégias de orientação e acompanhamento dos projetos desenvolvidos nas unidades escolares de ensino médio da rede pública de ensino do DF. ■

Nota

¹ Neste artigo, optou-se por apresentar os dados a partir de 2012, uma vez que os dados de 2009, 2010 e 2011 foram retirados da plataforma do Simec.

Referências bibliográficas

BRASIL. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf. Acesso em: 10 maio. 2017.

_____. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf. Acesso em: 11 maio. 2017.

_____. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf. Acesso em: 11 maio. 2017.

_____. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf. Acesso em: 15 maio. 2017.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. **Políticas de Reestruturação Curricular no Ensino Médio**: uma Análise do Programa Ensino Médio Inovador. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.